



34644279



08004.000008/2026-95



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP**  
**COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LISTA DE PRESENÇA (34645733)**

<b>Da ta</b>	<b>27/01/2026</b>	
<b>Loc al</b>	<b>MJSP - 3º ANDAR sala 304</b>	
<b>ITE M</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1	Eduardo Barros	SENACON
2	Maria do Carmo Rodrigues	SENAJUS
3	Andreia Prima Olivo	SENAPPEN
4	Monique Rodrigues	PF
5	Isabella Rosa	PF
6	José Roberto Ângelo	PRF
7	Priscilla Oliveira	SENASP
8	André Botelho Vilaron	CADE
9	Ewandjôecy Francisco de Araújo	SAJU
10	Adenísio Alvaro de Souza	AECI
11	Marina Silva	AECI
12	Gilmar Araujo	CGOF

13	Bruna Ignácio Moreira	CGGE
14	Ana Luiza Bandeira	SENAD
15	Luciana Melo	SENAD
16	Caroline Sodré	SENAD
17	Cintia Rangel	SENAPPEN
18	Juciane Prado	SENAPPEN

<b>Pauta da reunião</b> (34645778)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Governança em Ação;</li> <li>2. Monitoramento das Políticas Públicas;</li> <li>3. Informações Gerais; e</li> <li>4. Encaminhamentos.</li> </ol>
---------------------------------------	---

- 1) A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi aberta pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que agradeceu a presença de todos os participantes, destacando o cumprimento do calendário de reuniões no exercício anterior e destacou o início das atividades da Comissão em 2026. Foi registrado o retorno do representante da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Sr. Gilmar Araújo, à composição do colegiado.
- 2) Na sequência, foi apresentada a pauta da reunião, com destaque para o tema “Governança em Ação”, apresentada pela Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, Sra. Bruna Moreira, sobre a Gestão Estratégica do Ministério e os Instrumentos de Gestão do órgão. Ressaltou-se a importância do fortalecimento da governança institucional, especialmente diante das demandas dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), com ênfase na vinculação entre planejamento, políticas públicas e orçamento, bem como na necessidade de uniformização do entendimento institucional sobre esses instrumentos.
- 3) Nesse contexto, foi apresentada uma visão geral do Sistema de Governança do Ministério, instituído pela [Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022](#), abordando sua estrutura nos níveis estratégico, tático e operacional. Foram expostos os principais instrumentos de gestão estratégica do órgão, incluindo a Carteira de Políticas Públicas, o Plano Plurianual – PPA, o Planejamento Estratégico MJSP 2024-2027, a Lei Orçamentária Anual - LOA, a Cadeia de Valor, os painéis de monitoramento orçamentário e os instrumentos de Gestão de Riscos e Integridade. Destacou-se também como esses instrumentos são interligados e integrados e que todas as ações e despesas do Ministério devem estar vinculadas às políticas públicas constantes da carteira, reforçando-se a necessidade de revisão periódica das informações, dos indicadores e do alinhamento entre prioridades institucionais e instrumentos formais de planejamento.
- 4) Dando prosseguimento na pauta, já no âmbito do monitoramento de políticas públicas, foi apresentada a “Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis”, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), pela Chefe de Gabinete da unidade, Sra. Ana Luiza Bandeira. Foi realizada a exposição de seus objetivos, eixos de atuação, projetos estruturantes, indicadores e principais resultados alcançados pela política. Foram destacadas ações voltadas à prevenção ampliada, reinserção social, descapitalização de organizações criminosas e atenção a grupos vulnerabilizados, bem como a articulação interinstitucional com órgãos do sistema de justiça, segurança pública e demais parceiros.
- 5) Vale ressaltar aqui os Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS), que são o principal investimento da Senad na prevenção ampliada e na reinserção social. Esses Centros funcionam como redes de garantia de direitos nos

- territórios para pessoas que apresentem demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas. Ao final da apresentação, houve questionamentos e esclarecimentos acerca do uso compartilhado de dados, estudos e diagnósticos produzidos no âmbito da política.
- 6) Em seguida, foi apresentada a “Política de Assistência Social no Sistema Penal”, conduzida por representantes da Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen, Sra. Cintia Rangel e Sra. Juciane Prado. A exposição abordou a complexidade da política, considerando o perfil e o quantitativo elevado da população prisional, além do diagnóstico e reconhecimento do estado de coisas inconstitucionais do sistema prisional enfrenta atualmente. Foram apresentados os desafios relacionados à estrutura e à insuficiência de equipes multidisciplinares, à necessidade de fortalecimento da intersetorialidade e à ampliação do acesso às políticas sociais.
  - 7) Destacaram-se as metas previstas dessa política no planejamento estratégico, as parcerias firmadas, os investimentos realizados, os projetos estruturantes voltados à garantia de direitos, à superação de práticas violadoras, à segurança alimentar e à atenção a grupos vulnerabilizados. Foi ressaltado também o alinhamento das ações do Plano Pena Justa na execução dessa política e as entregas previstas para o ano de 2026.
  - 8) Ao final, foram registradas reflexões acerca da necessidade de aperfeiçoamento contínuo do desenho das políticas públicas, do uso do modelo lógico para distinção entre políticas, programas e serviços, e da importância de eventual revisão ou reformulação das políticas da Carteira do Ministério, a partir do ciclo de monitoramento em curso, tema a ser oportunamente deliberado pelo colegiado.
  - 9) Na sequência, foi apresentado os informes gerais, que as unidades deverão validar as atualizações decorrentes da revisão dos indicadores, metas e projetos estratégicos do Planejamento Estratégico realizadas ao final de 2025 e aprovados pela Resolução CGE nº 29, de 29 de dezembro de 2025 (SEI nº 34169064). Dessa revisão, impactou também em alterações de alinhamento dos indicadores e projetos estratégicos com os processos da Cadeia de Valor, que serão enviados para as unidades para validação via processo SEI nº 08011.000049/2024-21.
  - 10) Sobre o Relatório de Gestão 2025, foi solicitado às unidades meio e assessorias especiais que enviassem informações até o dia 21 de janeiro de 2026. (Processo: 08011.000100/2025-85). Informou-se que os textos recebidos por essas unidades já estão sendo analisados e trabalhados, porém algumas unidades ainda estão pendentes de envio. Para as unidades finalísticas do Ministério, o prazo de resposta da solicitação de informações é até o dia 30 de janeiro de 2026 (Processo: 08011.000099/2025-99).
  - 11) Por fim, foi ressaltado sobre o monitoramento do PPA 2024-2027 em que as informações inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP estão em fase de análise pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica (CGGE) e que os ajustes necessários serão tratados individualmente com cada unidade do Ministério. Além disso, foi informado alguns pontos de atenção, como inconsistências no SIOP, e que o prazo final do Ministério para finalizar o monitoramento do PPA 2024-2027 é até dia 27 de fevereiro de 2026.

#### ENCAMINHAMENTOS:

##### Próxima reunião:

- 23/02/2026, às 15h, sala 304, Edifício Sede.
- Apresentações de monitoramento:
  - SENASP: Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública;
  - **SAJU: Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos:**
    - **Obs.:** Informa-se que a apresentação prevista em cronograma, conforme a Apresentação - CT-CGE (janeiro/2026) (SEI nº 34645778), para a reunião de fevereiro/2026, seria da "Política de Regulação e Fiscalização de Consumo" da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. Porém, a pedido da Senacon, essa apresentação foi adiada para abril/2026, enquanto a apresentação de monitoramento da "**Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos**" da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça - Saju foi antecipada para a reunião de fevereiro/2026, a pedido da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE/SPO.

Ao final, a Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, Sra. Bruna Moreira agradeceu a participação dos membros da Comissão, reforçou que a SPO permanece à disposição para apoiar nas pautas apresentadas, especialmente no que se refere à prestação de contas, gestão de políticas públicas e gestão estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 23/02/2026, às 15:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Araujo de Sousa, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 23/02/2026, às 15:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA PORFIRIO ROSA, Usuário Externo**, em 23/02/2026, às 16:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares, Usuário Externo**, em 26/02/2026, às 10:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Julia Vida Bandeira Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 27/02/2026, às 10:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÔECY FRANCISCO DE ARAUJO, Coordenador(a)-Geral de Transferências, Orçamento e Parcerias**, em 27/02/2026, às 19:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 04/03/2026, às 15:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 05/03/2026, às 16:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANE CORTAT CAMPOS MELO, Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 18:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **34644279** e o código CRC **58FDA408**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.